

SEPARATA DA  
Revista da Universidade de Aveiro • Letras

EDUARDO LOURENÇO: DA EMIGRAÇÃO COMO VIAGEM  
OU O TRÁGICO DE UMA NAÇÃO

*Maria Manuel Baptista*



UNIVERSIDADE de AVEIRO

1998 — n.º 15

# Índice

O SER EMUDECIDO: NOTAS SOBRE "DESCOBRIR", "CRIAR", "INTERPRETAR"	
<i>Rui Magalhães</i> .....	7
NAVEGAÇÃO, VIAGEM, UTOPIA	
<i>Luís Machado de Abreu</i> .....	27
O ENCANTAMENTO DE UM ACHAR NA "CARTA" DE PERO VAZ DE CAMINHA	
<i>Virgínia de Carvalho Nunes</i> .....	37
DESCOBRIDORES E DESCOBERTOS: A INVENÇÃO DO BRASIL'	
<i>Jacyntho Lins Brandão</i> .....	47
AVEIRO E OS DESCOBRIMENTOS	
<i>Mons. João Gonçalves Gaspar</i> .....	57
O MEMORIAL DAS PROEZAS DA SEGUNDA TÁVOLA REDONDA: UM DOUTRINAL DO AMOR	
<i>Maria Saraiva de Jesus</i> .....	73
PEREGRINAÇÃO DE FERNÃO MENDES PINTO — DESCOBRIMENTOS E INTERTEXTUALIDADES	
<i>M. Fátima M. Albuquerque</i> .....	111
A VIAGEM DE FIM DE IMPÉRIO NA OBRA DE ANTÓNIO REBORDÃO NAVARRO	
<i>Ana Margarida Ramos</i> .....	121
EDUARDO LOURENÇO: DA EMIGRAÇÃO COMO VIAGEM OU O TRÁGICO DE UMA NAÇÃO	
<i>Maria Manuel Baptista</i> .....	139
"THE 'GEES": HERMAN MELVILLE'S QUARREL WITH RACISM	
<i>Reinaldo Francisco Silva</i> .....	161
EREWHON OR OVER THE RANGE — UMA VIAGEM UTÓPICA OU DISTÓPICA?	
<i>Maria José Alves Veiga</i> .....	171
NOTÍCIAS .....	183
<i>Vida académica</i> .....	183
<i>Actividades culturais</i> .....	191
LIVROS .....	195

Toda a correspondência relativa à Revista deve ser enviada para:  
Universidade de Aveiro  
Departamento de Línguas e Culturas  
Campo Universitário de Santiago — 3810 AVEIRO — PORTUGAL

# Eduardo Lourenço: da emigração como viagem ou o trágico de uma nação

Maria Manuel Baptista

Universidade de Aveiro

*Respondendo à questão sobre qual a cidade com que se identifica, Eduardo Lourenço responde: "Nenhuma. O meu Paris-Texas é São Pedro do Rio Seco"*

Gil e Catroga, 1996

*"A emigração é uma aventura. Mesmo quando é motivada por uma obrigação, pela impossibilidade material de subsistir, assenta numa esperança. E a esperança é tanto maior quanto mais penoso é o esforço da ruptura"*

George, 1997

## Introdução

Os movimentos migratórios que Portugal desde cedo conheceu, as viagens para fora de si que, pelo menos desde o século XV, fizeram deste pequeno país uma nação que é grande "lá fora", "fora de si mesma", têm sido, frequentemente, objecto das mais variadas abordagens: da mais poética e literária<sup>1</sup> à mais objectiva estratégia de quantificar estatisticamente o fenómeno<sup>2</sup>, passando por múltiplas abordagens político-ideológicas<sup>3</sup>, algumas das quais relevam não só de interesses político-partidários imediatos, mas igualmente do mais fundo do nosso inconsciente colectivo, enquanto auto-representação das nossas *viagens colectivas* ao longo de oito séculos de vida em comum.

O que nos propomos apresentar no presente estudo é o "olhar" de Eduardo Lourenço sobre este fenómeno, de essência profundamente trágica, o qual, na sua opinião,

<sup>1</sup> Para uma análise mais detalhada, ver JESUS, 1995. Em SERRÃO (1977), embora se encontrem referências aos importantes trabalhos de Alexandre Herculano, Oliveira Martins, Guerra Junqueiro, Almada Negreiros e Miguel Torga sobre a emigração portuguesa, o autor sublinha a ausência, nas artes plásticas portuguesas, de reflexos deste importantíssimo fenómeno vivido por Portugal desde há séculos a esta parte.

<sup>2</sup> Entre outros, ARROTEIA (1987 e 1983), que propõe uma compreensão tipológica do fenómeno, partindo dos dados estatísticos existentes sobre os movimentos migratórios portugueses.

<sup>3</sup> Cf. JESUS, 1987; GEORGE, 1977; POINARD E ROUX, 1977; FERREIRA, 1977 e 1976; Kayser, 1976.

coloca, a diversos níveis, a questão das imagens que os portugueses têm de si próprios, no confronto com o que essas imagens têm de verdade (LOURENÇO, 1978). É que, para Eduardo Lourenço, pensar os fluxos e refluxos dos movimentos migratórios portugueses (muito especialmente na sua história mais recente), remete, inevitavelmente, para uma abordagem da cultura portuguesa como um todo (da sua história, dos seus mitos e traumas, dos seus tíques e constrangimentos seculares<sup>4</sup>), pois que em cada português que se vê obrigado a encetar a viagem da emigração, há uma ferida profunda, drama simultaneamente individual e nacional, que a todos interpela, envolvendo numa mesma perplexidade, tanto os que saíram como os que ficaram.

Conduzindo-nos por uma análise essencialmente crítica e desconstrutiva dos principais mitos sobre a emigração portuguesa, especialmente aquela que teve início, para França, nos anos 60 do nosso século, e que constituiu uma espécie de "hemorragia nacional"<sup>5</sup>, dramática e reveladora<sup>6</sup>, Eduardo Lourenço encontra-se particularmente bem posicionado para pensar este fenómeno, pois também ele é 'um emigrado' (e não um "exilado" como ele próprio precisa<sup>7</sup>), que, verdadeiramente, nunca saiu de entre nós: "No fundo, a minha situação é semelhante à do emigrante português mais tradicional, nem cá nem lá. Mas mais cá do que lá" (GIL e CATROGA, 1996: 73).

## 1. O Portugal Emigrante e a Cultura Portuguesa

A propósito das comemorações que se fizeram em 1977 no dia de Portugal, de Camões e das Comunidades (elevando a Guarda à "capital de uma Nação-Emigrante"), Eduardo Lourenço refuta alguns dos mitos circulantes no panorama cultural português do pós-25 de Abril<sup>8</sup>, sobretudo aquele que procurou substituir a imagem do "*português-colonizador*" pela do "*português-emigrante*" (Lourenço, 1978: 120).

<sup>4</sup> Do mesmo modo, para Joel Serrão, discutir a emigração em Portugal é analisar o atraso estrutural do país, pois "a verdade (...) é que tal fenómeno, de aparência demográfica implica, pondo-a em causa, toda a estrutura sócio-económica que, natural e necessariamente, a condiciona e produz" (SERRÃO, 1977: 218). Na realidade, quando a emigração é considerada um correctivo para a pobreza do indivíduo e do grupo, "o facto de haver elementos subjectivos que intervêm no momento da decisão individual, não altera a natureza intrínseca do processo" (GEORGE, 1977: 30).

<sup>5</sup> Nas palavras de Joel Serrão, logo em 1957 se assiste a uma "espécie de paroxismo emigratório" que alcança os seus momentos críticos em 1967 e 1970: "Em face do que vamos sabendo, é tão objectiva quanto possível a afirmação de que de 1963 a 1973 ocorreu, e está a ocorrer ainda, a mais grave exasperação migratória de toda a nossa história" (SERRÃO, 1977: 61).

<sup>6</sup> Na mesma linha Joel Serrão (1977) utiliza expressões como *expatriados* e *repelidos* para designar os emigrantes portugueses, evocando mesmo as palavras de Oliveira Martins quando este se referia à emigração portuguesa como "o nosso atestado de prostituição política e económica" (p. 213).

<sup>7</sup> "Ora, eu nunca fui exilado político, saí por minha iniciativa. Não quer isto dizer que a situação do País não me empurrasse para esse género de comportamento, mas não foram só essas as razões" (LOURENÇO, 1996: 72).

Segundo Eduardo Lourenço, as viagens que entre nós, desde o século XV, têm constituído os movimentos emigratórios da sociedade portuguesa, deram origem a mitos e crenças que, no essencial, não escapam aos principais elementos caracterizadores da Cultura Portuguesa: "Entre nós, o que importa sempre é a evidência e utilidade políticas imediatas dos cenários, raramente aquilo que eles cobrem ou encobrem" (Lourenço, 1978: 119).

E é, precisamente, reflectindo sobre o que é "encoberto" nas imagens circulantes entre nós em torno da realidade estrutural da emigração, que Eduardo Lourenço chama a atenção para os excessos de nacionalismo patriótico, os quais têm surgido, modernamente, no panorama político-cultural português, designadamente ligando o Dia de Portugal (com as correlativas temáticas de independência e identidade) ao Dia das Comunidades Emigrantes.

Vulgarmente, no dia 10 de Junho, são proferidos pelas autoridades portuguesas discursos que consolam a nossa vaidade pátria, esquecendo-nos de que, quanto mais o discurso nacional for de exaltação das maravilhas da mãe-pátria, por oposição a todos os males que o emigrante vive nos países de acolhimento, quanto mais negro for o quadro, tanto mais contundente é o processo instaurado a Portugal. E, nesta sequência, Eduardo Lourenço lança a questão central, a partir da qual a realidade da nossa emigração deverá ser interpelada: "Se "lá fora" é esse inferno que muitos desejariam supor para se tranquilizar, julgando assim exaltar, por contraste as doçuras do "pátrio-ninho", que espécie de inferno seria o caseiro para [o emigrante] ter tido coragem de abandoná-lo?" (LOURENÇO, 1978: 126).

O nosso amor próprio, de "povo criador de povos" (Lourenço, 1978: 127), deveria hoje reajustar-se a si mesmo, para não sermos vítimas de miragens e ilusões, também no que respeita a esta questão, e, sobretudo, no momento em que somos cada vez mais solicitados a fundir-nos com outros povos. A questão essencial a resolver é, de facto, a tomada de consciência da nossa congénita carência de identidade, correlativa da nossa hiperidentidade como povo.

Enraizada na mesma problemática de fundo da cultura portuguesa, a mitologia que se tem desenvolvido em torno da nossa emigração relewa desta "fraqueza" congénita, desta "debilidade" da nossa cultura, que se tem recusado a encarar com frontalidade o carácter eminentemente trágico do fenómeno da emigração, o qual se tem revelado,

---

<sup>6</sup> Não deixa de ser reveladora a forma como o Portugal saído do 25 de Abril representou, em termos sociais e políticos, o fenómeno da emigração: "Após o golpe de Estado, a hemorragia migratória foi imputada ao regime derrubado. Anuncia-se que os emigrantes regressarão e que um numeroso proletariado está à disposição para construir o Portugal novo. Mas rapidamente se compreendeu que a situação económica não permite absorver estes trabalhadores, esforçando-se as campanhas de dinamização por explicar a revolução nascente aos emigrados, por tranquilizá-los quanto à salvaguarda dos seus bens, por incitá-los a continuar a enviar dinheiro. E, afinal, porque se não está seguro da sua maturidade política, retira-se praticamente aos portugueses expatriados o poder de exercerem os seus direitos de eleitores (...)" (POINARD E ROUX, 1977: 46).

sobretudo nos dois últimos séculos, uma constante, representada entre nós como uma fatalidade<sup>9</sup>. Por isso, Eduardo Lourenço proclama de forma inequívoca, nos textos onde aborda esta temática, que a emigração é um mal revelador da existência de uma tragédia nacional<sup>10</sup>. Melhor seria não haver nunca necessidade de "viajar" desta forma: "Mesmo com o verbo camoniano para a instalar no céu patriótico da mãe pátria, essa alma — que foi a dos tristes e humilhados e não dos repletos que nunca emigraram — não se importará nada de ficar sentada para sempre no limiar da sua própria casa, tornada inventiva e livre" (LOURENÇO, 1978: 128).

### 1.1. Emigração e Identidade Nacional

Por seu turno, também as imagens produzidas em torno da emigração têm permitido a cristalização de alguns dos aspectos mais eminentemente mitológicos das representações identitárias dos portugueses, enquanto povo, como o provam a necessidade de "celebrarmos maravilhadamente a gesta portuguesa como uma alma pelo mundo repartida" (LOURENÇO, 1978: 128), tornando, deste modo, perfeitamente claro que não temos resolvida a questão da nossa identidade nacional.

Ainda segundo Eduardo Lourenço, embora os elos que mantemos com as "comunidades" emigrantes possam igualmente servir para nos compensar, *míticamente*, da ausência do antigo império e agudizar o nosso sentimento de fragilidade ou possível desvalia, na realidade, "por mais que custe não é a referência ao conjunto dessas ilhas lusíadas, em estado instável através do planeta que poderá ser o núcleo da nossa *nova identidade*, mas apenas elemento moral dela. (...) *O problema que temos conosco é entre Minho e Guadiana que será resolvido ou não*". (LOURENÇO, 1978: 127/128).

Paradoxalmente, a emigração que sempre fizemos no passado é um fenómeno positivamente integrado na imagem que os portugueses fazem de si mesmos. Eduardo Lourenço recorda-nos que, partindo para as ex-colónias, para o Brasil, para os Estados Unidos ou Argentina, os portugueses imaginam-se a continuar na senda da Epopeia dos Descobrimentos Portugueses.

<sup>9</sup> Na mesma linha se situam as reflexões de Joel Serrão: "Com ressaibos de fatalidade, ao modo da tragédia grega, ante uma sorte de "destino" histórico que se diria inexorável, o drama nacional da emigração é uma das faces de todo o processo sócio-económico de Portugal contemporâneo, pelo menos a partir da década de 30 do século passado. Motivo de funda e ansiosa preocupação para a cidadania de um Herculano, ou de um Oliveira Martins, e para tantos outros que, depois, buscaram os fios explicativos do pertinaz sucesso, a sensibilidade pública não deixou também de reagir a uma experiência nacional que, directa ou indirectamente, a todos afectava e a todos continua, hoje mesmo a dizer respeito" (SERRÃO, 1977: 27).

<sup>10</sup> Arroiteia (1983) refere-se nos seguintes termos ao fenómeno migratório português dos dois últimos séculos: "Então como agora, essa importante indústria lucrativa de "criação de gado humano para exportação", desempenhou o maior papel na equilibrar de uma balança de transacções com o estrangeiro devido ao envio de remessas, que Oliveira Martins considerou do maior interesse e sem as quais há muito que Portugal teria "rebentado" falido" (p. 126)

Assim, a emigração é representada miticamente pelos portugueses como uma continuação do seu papel "civilizador" doutros povos e continentes, em conjunto com os outros europeus, ou, pelo menos, assumindo um papel "liderante" nesses contextos.

Mas, o que se afigura absolutamente trágico para a cultura portuguesa na sua auto-representação, é o facto de escondermos cuidadosamente de nós próprios a faceta dolorosa de nação-emigrante<sup>11</sup>, para apenas reter uma parte dessa realidade: a nossa presença, um pouco por todo o lado (que não é, de facto, mitologia), uma espécie de universalismo (esse sim, tendencialmente "mítico"), continuando a vermo-nos numa espécie de papel de "colonizadores" (primeiros e últimos na Europa moderna).

Por seu turno, o *salto*<sup>12</sup>, mais do que o risco e a insegurança que comporta, é representado pelos portugueses, sobretudo os que não o viveram na carne, como uma aventura que remete simbolicamente para um passado e um discurso identitário multissecular, e que constituiria um certo traço de aventura, risco e atracção pelo desconhecido inscrito no carácter dos portugueses.

No entanto, no seu conjunto, o que parece ser obnubilado, (consciente ou inconscientemente) neste género de discursos, é o facto de a emigração portuguesa, e muito particularmente a dos anos 60, ser a emigração de um país pobre, (como de resto a da Itália, Espanha ou Grécia), que é, simultaneamente, um país imperial, como sublinha Eduardo Lourenço. Esquece-se ainda que é o dinheiro dos nossos emigrantes que servirá

<sup>11</sup> Do mesmo modo, Joel Serrão considera que a emigração é causa e efeito de um atraso no desenvolvimento sócio-económico do país, cujas causas remotas se encontram no século XVI, quando nos voltámos para o Atlântico e para o Brasil, abandonando a estratégia do Oriente, momento em que se iniciou o isolamento e conseqüente desfazamento de Portugal face aos restantes países europeus (SERRÃO, 1977: 185).

<sup>12</sup> A nossa emigração foi quase sempre espontânea e mesmo até à revelia dos poderes públicos instituídos, que desde sempre consideraram o fenómeno da emigração como uma das causas do despovoamento do território nacional, procurando assim controlar o seu fluxo. No entanto, nos anos 60 e ainda na década de 70, a emigração para França apresenta os maiores valores de clandestinidade de toda a nossa história migratória (cerca de 600 mil indivíduos dão o "salto" para aquele país, o que constitui um terço da emigração total no período entre 1960 e 77) (ARROTEJA, 1987).

Joel Serrão apresenta, igualmente, dados estatísticos que permitem concluir que, a partir de 1960, a percentagem de emigrantes clandestinos excede os tradicionais 30% para atingir os 50%, realidade que não pode deixar de ter um significado político claro pois, "(...) quando num fenómeno da importância nacional da emigração, acontece que, pelo menos, 50% dela se verifica no mais claro desrespeito pela lei, de duas uma: ou a lei é inoperante, e necessita, portanto, de ser alterada de acordo com as realidades, ou se quis (ou se foi obrigado) a dizer Não a um estado de coisas insuportável". (SERRÃO, 1977: 65).

Entretanto, Kayser (1976) precisa que, em 1974, 60,1% dos emigrantes portugueses se dirigiam para França, sendo também este o país que absorvia maior número de emigrantes clandestinos portugueses. Para Ferreira (1976), a extensão e a gravidade da emigração clandestina portuguesa nas décadas de 60 e 70 explica-se do seguinte modo: "Num país como Portugal, que não pode oferecer à sua população nem sequer um mínimo de condições de vida, uma parte desta população procura uma oportunidade de sobrevivência no estrangeiro e, se o Estado se opõe à escassez de mão-de-obra daí resultante, não com um melhoramento da situação sócio-económica mas com restrições legais à emigração, esta toma a forma de emigração clandestina — no passado tal como no presente" (p. 37/38).

para sustentar a última derrocada de um Império a ameaçar ruína eminente. E é por isso que Eduardo Lourenço pode afirmar que, "quando este império caiu, Portugal estava menos pobre e os emigrantes mais ricos". (LOURENÇO: 1992b)

Por outro lado, é importante tomar consciência do que a *nova emigração*, a emigração dos anos 60 e 70, significa uma mudança, e mesmo uma inversão de sinal do nosso antigo destino de povo emigrante. Os filhos da antiga gesta de descobridores e de colonizadores são agora vistos pela Europa como fazendo parte dos seus *soutiers*, o que não constitui propriamente um cumprimento, tal como o refere Eduardo Lourenço em mais do que um dos seus textos sobre esta temática.

Ora, esta nova imagem com que os portugueses têm agora de se confrontar, remete para um certo desconforto, na base do qual surge uma espécie de ressentimento dos que ficam face aos que partem. E foi por isso que, entre outras razões, o Portugal dos anos 60 escondeu, durante muito tempo, esta sangria emigrante que não podia evitar, tendo rapidamente compreendido que lhe trazia benefícios económicos.

Entretanto, os que ficaram esconderam a si próprios o fenómeno da emigração ascendente, depois o da emigração de sucesso e, finalmente, o da emigração conseguida, pois os que ficam querem o dinheiro dos que partem, mas não a sua imagem de povo pobre, vagamente perdido na gare de Austerlitz ou, mais tarde, já novo rico, nos aeroportos futuristas da França e da Alemanha (LOURENÇO, 1992b)<sup>13</sup>.

Quanto aos que partiram, Eduardo Lourenço refere aquilo que ele designa por "pedagogia de ghetização do regime salazarista", a qual foi sempre acompanhada de um esforço para manter junto do emigrante (cuja situação é, originalmente, *anómala*) a imagem idealizada da mãe-pátria, de modo a que ele nunca pusesse a questão fundamental: *Porque emigrei?* (LOURENÇO, 1983).

Neste contexto, é natural que pelo menos uma boa parte das imagens dos emigrantes portugueses, relativas à pátria-mãe, seja do domínio do *sonho*, do *idílico*, até porque, naturalmente, "(...) toda a emigração, como todo o exílio, reforçam a mitologia doméstica, douram a terra abandonada e as suas doçuras, sobrevalorizam os referentes de uma identidade lábil, mas intensa, mais a mais quando se trata de um povo tão coeso, a nível simbólico, como os portugueses" (LOURENÇO, 1992a: 142).

Eduardo Lourenço chama ainda a atenção para o retorno dos emigrantes que no verão visitam as suas terras ainda e sempre rurais, transfigurando-se de "*soutiers*" da Europa no "tio da América". As primeiras gerações de emigrantes viveram esta

<sup>13</sup> A política oficial da época vem igualmente reforçar estas imagens: "(...) Portugal, atolado nas suas guerras coloniais e contradições internas, transforma os emigrados em delinquentes; proibidos de residir no seu país natal, os trabalhadores e particularmente, os que não cumpriram o serviço militar, fazem vir a sua família: o fluxo migratório reforça-se enquanto os retornos se revelam ainda mais hipotéticos (...)" (POINARD e ROUX, 1977: 39).



transformação como dolorosa, pois se em França colheram o respeito e o reconhecimento, mesmo para além da solicitude interesseira, em Portugal as coisas foram, e são, bem mais difíceis. As férias dos emigrantes em Portugal nos fins dos anos 60 "(...) só [se] podem comparar ao êxodo do povo hebraico na terra do Egipto" (LOURENÇO, 1992a: 143), o que é representado em termos de mitologia cultural, pelos portugueses que ficaram, de uma forma francamente negativa.

Referindo-se a esta relação de aceitação/rejeição entre os que ficam e os que partem, afirma Eduardo Lourenço: "Il n'y a que Dieu qui fête les enfants prodigues. Les hommes ont du mal a accepter ceux qui reviennent a la maison chargés de cadeaux, comme nos émigrants en vacances. Ceux-ci savaient qu'ils devaient se faire pardonner, non leur pechés — c'est-à-dire leur succès — mais le ressentiment d'une patrie incapable de les retenir, et, maintenant, plus qu'etonnée de leur reussite" (LOURENÇO, 1992b: 170/180).

Na verdade, "(...) a experiência portuguesa da emigração foi objecto de apropriação mitificante, quer no sentido doloroso, quer no sentido exaltante" (LOURENÇO: 1992a: 143), o que, de resto, é coerente com a polarização esquizofrénica com que vivemos a nossa hiper/hipo-identidade nacional, de acordo com as análises realizadas por Eduardo Lourenço à Cultura Portuguesa (cf. LOURENÇO, 1978/1992).

Reveladora ainda desta complexa problemática da identidade nacional é a forma como os portugueses emigrantes se integram nos países que os acolhem ou, estrategicamente, "nos fundimos na paisagem" (LOURENÇO, 1992b: 177): aí os portugueses vivem igualmente a "comédia da sua super-identidade" (de que Fernando Pessoa deu um expressão mítica) e não uma forma de adaptação que os leve a tornarem-se "outros", como muitas vezes se diz. Trata-se, antes de mais, de uma forma de ser tudo de todas as maneiras, "(...) façon sublime d'avoir un être royal et peut-être de signer Dieu" (LOURENÇO, 1992b: 178).

## 2. Emigração Moderna e Descobrimientos

De acordo com Eduardo Lourenço, a forma como na Cultura Portuguesa se tem procurado integrar num mesmo *continuum* a emigração moderna e a empresa histórica dos Descobrimientos, como se aquela fosse a mais recente manifestação da gesta de descobridores portugueses, constitui mais uma tentativa de escamotear a realidade da emigração, pois, na verdade, trata-se de fenómenos que apresentam essências diferentes e até sinais contrários<sup>14</sup>.

É que os Descobrimientos foram "(...) *expansão*, conquista, descoberta, gesta desmedida de um pequeno povo convertido em ferro de lança da burguesia empreendedora e mundialista do Ocidente". (LOURENÇO, 1977: 125), enquanto a emigração moderna, pelo contrário, pouco tem de exaltante pois "(...) é da ordem da pura necessidade e, ao mesmo tempo, um resumo aflitivo de todos os males de que há muito sofremos, enquanto nação, insuficientemente desenvolvida" (LOURENÇO, 1977: 125).

E a distinção não é de somenos importância<sup>15</sup>, uma vez que, segundo o autor, o sofrimento e o carácter paradoxal que na realidade constituem este tipo de emigração moderna relevam mais do trágico da nossa existência do que do heróico ou glorioso, pois instauram, em primeira instância, um verdadeiro questionamento à nossa identidade nacional, tanto para os que ficam como para os que partem.

<sup>14</sup> Já em Joel Serrão (1977) a posição sobre esta questão não é tão peremptória, pois embora distinga claramente a natureza e os pressupostos da expansão portuguesa dos da emigração moderna, frequentemente refere-se-lhes como fenómenos que relevam do mesmo problema estrutural do país: isolamento do contexto internacional, uma auto-suficiência ancorada no Brasil (que se vem a perder, revelando-se aí nossa intrínseca fraqueza), uma propriedade agrícola de latifúndio, e uma industrialização extremamente insuficiente e precária, perdendo definitivamente de vista os países do capitalismo industrial (p. 185 e segs).

Na obra a que nos temos vindo a referir, há mesmo um capítulo, o segundo, ("DO ANTIGO REGIME AO CAPITALISMO — DA COLONIZAÇÃO À EMIGRAÇÃO") onde o autor integra a emigração contemporânea no fenómeno da diáspora portuguesa, que começou com a conquista de Ceuta em 1415. No entanto, Joel Serrão não deixa de esclarecer que "(...) os portugueses que, sucessivamente, foram trocando a metrópole pelas terras de além-mar, uns definitiva, e, outros, temporariamente, se em sentido lato podem ser considerados emigrantes, a sua tarefa inscrevia-se num contexto histórico nacional e também mundial de economia e de sociedade do Antigo Regime, que, de raiz, os distingue daqueles que, hoje, sob o signo da economia e da sociedade capitalistas, buscam além-Pirinéus e além-mar o pão que lhes escasseia na Pátria, e mesmo, já, da grande maioria dos que, no século XIX, demandaram o Brasil" (p. 86). Para os primeiros dever-se-ia utilizar a designação de "colonizadores" e para os segundos "emigrantes", no sentido já quase actual do termo (embora em determinados momentos do século XVIII seja difícil fazer uma clara distinção).

No entanto, noutro momento, Joel Serrão é mais incisivo no que respeita a esta temática: "Vai-se tornando mais claro, ao nosso olhar, que são, estruturalmente, diversas as emigrações ocorridas no contexto sócio-económico do Antigo Regime (do século XVI ao século XVIII) daquelas que, no contexto do contemporâneo capitalismo industrial, tiveram e têm lugar" (pp. 86/87).

<sup>15</sup> Joel Serrão (1977) ao procurar igualmente distinguir o conceito de emigrante do de colonizador, propõe que este seja considerado espécie e aquele o género: colonizador seria o "(...) indivíduo que abandona o solo pátrio, com destino a uma colónia, e devido ou à iniciativa do Estado ou integrado em empresa de âmbito nacional por ele promovida. E chamemos *emigrante* tão-só àquele que resolveu abandonar o país por exclusivos motivos pessoais, livremente concebidos, independentemente das solicitações oficiais e, até, muitas vezes em oposição a estas (...)" (p. 88).

Assim, segundo o autor, foi *colonizadora* a nossa emigração metropolitana para as ilhas atlânticas (século XV), grande parte da que se dirigiu para o Brasil (de meados do século XVI até aos fins do século XVIII) e depois para as possessões africanas, quando a partir dos finais do século XIX o Estado decide aí estabelecer colónias. Toda a restante foi emigração *tout court*, embora aquela que se deu para o Brasil no século XVIII tenha aspectos mistos e difíceis de deslindar, pois, nos finais do século XVII e princípios do século XVIII a emigração para o Brasil tinha características de busca da riqueza fácil nas minas de ouro e o Estado procurava impedir energeticamente esta emigração (pp. 108/109).

De qualquer forma, a questão essencial que o autor coloca é saber-se como, quando e porque razões o colono português deixa, a dado momento, de ser "colono" para ser "emigrante": "Quando é quando é que o *colono* mais ou menos livre das terras portuguesas de além-mar se tornou no *emigrante* forçado, devido a condições gerais que de todo parecem escapar ao seu alvedrio?" (p. 29) Com o objectivo de responder a esta interrogação, Joel Serrão espraia-se pelas modalidades de colonização portuguesa desde o século XV, suas dificuldades, estruturas desenvolvidas, seus sucessos e fracassos.

Num outro texto posterior (LOURENÇO: 1992b), Eduardo Lourenço retoma esta temática, precisando alguns contornos da questão ao afirmar que, provavelmente, terão razão aqueles que defendem que os Descobrimientos Portugueses não foram mais do que o cumprir de um destino de diáspora pelos quatro cantos do mundo. Mas não deixa, no entanto, de sublinhar o facto de a obstinação em chamar diáspora a este fenómeno não se poder aplicar, em sentido próprio, senão aos judeus portugueses, já que só a sua diáspora o é verdadeiramente, pois só ela tem um carácter de destino trágico.

Quanto à diáspora dos portugueses, ela foi bem mais modesta: a de um povo espalhado pelos quatro cantos do mundo, como se nunca tivesse saído do seu país. E só nesse sentido podemos falar de um Portugal-Emigrante desde o século XV. É que, como afirma Eduardo Lourenço, referindo-se à especificidade da emigração portuguesa, "quando se emigra, toda a pátria emigra connosco" (LOURENÇO, 1983: 142), e isto nos anos 60 queria dizer que, connosco para a França, Alemanha, Luxemburgo ou Suíça iam o Eusébio, a Amália, o Benfica, Nossa Senhora de Fátima e Camões (figura que, mesmo para o mais iletrado dos portugueses, significa Portugal).

### 3. Emigração, Camões e Fernão Mendes Pinto

No contexto do pós-25 de Abril, surgia, nos espíritos revolucionários, alguma inquietação relativamente ao conteúdo ideológico dos Lusíadas. Num texto que data de 1977, Eduardo Lourenço reage contra a "reabilitação" de Camões, levada a cabo na época por Jorge de Sena (e também por Virgílio Ferreira). As observações de Eduardo Lourenço a este propósito partem da ideia de que Camões, muito particularmente nos Lusíadas, não é nem revolucionário nem contra revolucionário, mas pode e deve ser analisado sob dois pontos de vista distintos: o ponto de vista literário e o ponto de vista ideológico.

Se no primeiro caso o valor de Camões é incontestável, já sob o ponto de vista ideológico o conteúdo dos Lusíadas é discutível e deve ser analisado, tendo em conta que a sua obra se encontra "(...) íntima e fatalmente ligada a uma fase da história do Ocidente e ao perfil que nela Portugal desempenhou (...)" (LOURENÇO, 1977: 121/122).

"É um contra-senso cultural — embora de tentação óbvia — querer fazer coincidir a imagem *literária* de Camões e a sua imagem *ideológica*. A primeira é dotada da obliquidade e da universalidade — ao menos para nós, lusíadas (...). Quanto à segunda, à essência *ideológica* da obra camonianiana e, em particular, à de *Os Lusíadas*, necessário e natural é que se discuta, por discutível ser (...)" (LOURENÇO, 1977: 121), defende Eduardo Lourenço de uma forma particularmente clara.

Já no que respeita mais especificamente à colagem, que permanece até aos nossos dias, dos festejos do Emigrante aos Lusíadas simbolizados num Camões que se "reabilita ideologicamente", o que se procura é, em última análise, "(...) "integrar" o Épico numa espécie de epopeia subjacente e mais alta que a epopeia real celebrada, com sublimidade

e encarecente hipérbole, no poema nacional por excelência: a da Emigração, a da diáspora de corpo e alma, com a sua sombra de fatídico e duro exílio" (LOURENÇO, 1977: 123).

Ora, segundo Eduardo Lourenço, "a "emigração" simbólica de que Camões seria agora o exemplar e mítico patrono", nada tem a ver com a "(...) "emigração" planetária da qual Camões foi o cantor patético e violento, o cruzado intelectual e moral consciente de sê-lo (...)". (LOURENÇO, 1977: 125), mas está antes de tudo ligada à figura de Fernão Mendes Pinto<sup>16</sup>.

Na verdade, a odisseia de Fernão Mendes Pinto descrita na Peregrinação não nos remete para um "Ulisses dos pobres", pois a sua errância é determinada pela necessidade de sobrevivência num mundo de perigos e pobreza, imagem à qual os portugueses se sentem presos ainda hoje. Fernão Mendes Pinto é, por isso, o verdadeiro símbolo do Portugal-Emigrante. Entre Camões e Fernão Mendes Pinto, um único elemento comum: "Notre pays, très tôt coïncé entre la Castille, l'Islam et la mer, a toujours émigré" (LOURENÇO, 1992b: 176).

#### 4. Emigração dos intelectuais e dos não-intelectuais

Para Eduardo Lourenço a situação do intelectual emigrado (que de uma maneira geral, não foi, durante o Estado Novo um "exilado") é muito mais dolorosa do que a do português emigrante vulgar, porque, normalmente, o emigrante comum muda para melhor a sua situação económica, após uma primeira fase difícil de integração. A sua situação é penosa, mas "a verdade é que pelo facto mesmo da sua inconsciência cultural, há um género de dificuldades e problemas interiores que o não afectam" (MESQUITA, 1996: 60/61).

Pelo contrário, o emigrante intelectual, não tem outra pátria do que a Cultura Portuguesa e o seu objectivo só pode ser "(...) contribuir para uma dinamização da cultura no seu próprio país" (MESQUITA, 1996: 61). Assim, a sua situação de emigrado funda uma "tragédia pessoal e psicológica" (MESQUITA, 1996: 61), que o autor diz poder compensar-se com uma adequação cultural ao país onde se vive, assumindo-se igualmente "(...) como um missionário da cultura portuguesa in partibus" (MESQUITA, 1996: 61).

Para além disto, há ainda a considerar as particularidades da cultura portuguesa que a colocam num topos marginal: "Há um *insulamento visceral* da cultura portuguesa que não permite a ninguém — nem aos mais acompanhados — sentir-se outra coisa que um *isolado*. Isto une a todos..."<sup>17</sup> (MESQUITA, 1996: 82).

<sup>16</sup> Joel Serrão, embora advirta que se refere neste contexto sobretudo à emigração em sentido lato, não resiste à colagem da figura de Camões à do emigrante português: "Quem não recorda (...) os versos de Camões, esse "emigrante", condenado a percorrer as sete partidas do mundo português de então?" (SERRÃO, 1977: 190).

Fundando assim um quadro diferente daquele em que vive o emigrante comum, o emigrante intelectual vive um desenraizamento trágico<sup>18</sup> que, no entanto, pode ser compensado por diversas formas de intervenção na cultura pátria: "(...) o meu caso não é para lamúrias, próprias ou alheias. Seria indecente queixar-me seja do que for quando à minha volta, 700 mil conterrâneos vão perdendo pouco a pouco a Pátria em que nasceram, sem terem como eu o privilégio, ou a ilusão, de que escrevendo, a não perco de todo" (MESQUITA, 1996: 83).

Segundo Eduardo Lourenço, é outra a natureza da situação trágica dos nossos emigrantes. Referindo-se muito especificamente aos portugueses que, desde os anos 60, emigram para França, o autor sublinha que não se trata de indivíduos que sonham a França à maneira dos intelectuais, como terra de exílio ou da liberdade de espírito, nem seres sofisticados como Pessoa: "São pessoas simples, instruídas pelas dificuldades da vida, a quem se fez acreditar que as novas Índias, o novo Brasil, os inacreditáveis Estados Unidos se encontravam aí à mão" (LOURENÇO, 1992b: 178).

Na verdade, sobretudo os emigrantes da primeira geração, vivem o drama do desenraizamento, que os seus filhos irão em grande parte superar; no seu espírito esse êxodo é como uma migração sazonal e a ideia do retorno está sempre presente.

Mas, porque o exílio é duro de viver, uma ferida vivem de igual modo os emigrantes comuns e os intelectuais, romancistas e poetas que emigram (e que, entre outras, a obra de Rodrigues Miguéis descreve), não por causa da terra de acolhimento, mas por causa da que se deixou e se perdeu. Como observa Eduardo Lourenço, o sentimento mítico que modernamente constitui a *Saudade*<sup>19</sup>, nasceu nas margens do Sena pela mão de Almeida Garrett que descrevia menos as dificuldades de viver na Cidade Luz, do que a recordação de uma pátria, onde não é agradável viver.

Paradoxo por excelência, para emigrantes intelectuais ou não intelectuais, aqui radica o cerne do carácter trágico da Viagem que constitui a Emigração Moderna dos Portugueses. É que, emigrar é vivido com uma dupla conotação afectiva de carácter dilacerante, porque de sentido absolutamente contraditório: "(...) pior ainda ou, até impossível, era admitir que "emigrar" não era apenas estar perdido ou a pontos de se perder... mas de *estar salvo ou em vias de se salvar*. De quem? De nós mesmos, da nossa insuportável miséria, do nosso maravilhoso país" (LOURENÇO, 1983: 40).

---

<sup>17</sup> Eduardo Lourenço vê a sua situação de "caixeiro" mais ou menos viajante da nossa cultura, nas diversas universidades por onde tem passado, como uma tarefa cujo maior problema é o desconhecimento e o desinteresse pela Cultura Portuguesa (MESQUITA, 1996).

<sup>18</sup> "Muitas vezes o problema simultaneamente mais delicado e mais sensível (...) é o dos intelectuais que dificilmente podem inserir-se na população activa do país de acolhimento" (GEORGE, 1977: 29)

<sup>19</sup> Uma das implicações culturais e mentais do fenómeno migratório é precisamente o "afeiçoamento mental da experiência saudosa" (SERRÃO, 1977: 186), tanto dos que ficam como dos que partem.

E, o drama irresolúvel da condição do emigrante, manifesta-se, desde logo, na forma como vive a sua relação com o país de acolhimento, como se se tratasse de uma madrasta: "Que madrasta poderá jamais compensar este amor superlativo e infeliz através do qual cada emigrante *pune* a pátria que o recolhe de um abandono que jamais confessará sem se ver e sentir *órfão* à força?" (LOURENÇO, 1983: 41).

## 5. Emigração Portuguesa dos anos 60/70 e Integração Europeia

Num texto que data de 1992 (LOURENÇO, 1992a), Eduardo Lourenço considera que, há apenas 20 anos, a Europa era para os portugueses uma entidade vaga e sem contornos precisos (não *interiorizada*), pois "estávamos fora dela e ela fora de nós". Foi a vaga de emigração dos anos 60 que nos transformou de nação *colonizadora* em nação *emigrante*, aproximando-nos da Europa, mas não ela de nós: "De algum modo tornou-se-nos mais "outra" do que já era antes, uma espécie de Estados Unidos ao pé da porta" (LOURENÇO, 1992 a: 141).

A nossa emigração dos anos 60 foi, antes de mais, "(...) a experiência vívida dessa nova Europa-América, onde os portugueses se confrontavam, na dureza do quotidiano, com a distância que separa o sonho da realidade" (LOURENÇO, 1992 a: 141), vivendo a original humilhação de terem abandonado a terra-mãe.

Mas é mais claramente nos anos 70, e dada a persistência do movimento emigratório português para a Europa, que a nossa aventura adquire contornos mais nítidos, apresentando-se agora "(...) como insólita aventura de homens e mulheres de Portugal, ao mesmo tempo perdidos e achados na floresta de enganos e no país das maravilhas, abstractamente fundidos na imagem sintética "Europa"" (LOURENÇO, 1992a: 143)<sup>20</sup>.

E foi assim que, verdadeiramente, entrámos na Europa: "uma espécie de "entrada com os pés" na Europa rica, aventura vivida como *clandestina*" (LOURENÇO, 1992a: 143).

Num outro texto, publicado nesse mesmo ano (LOURENÇO, 1992b), Eduardo Lourenço observa que, para se ser rigoroso, a movimentação de população na Europa da década de 60 deveria ser designada de "migração" dentro do continente Europeu, movimentações como também a Ásia sempre conheceu. Mas, na verdade, ela é uma

<sup>20</sup> Segundo Joel Serrão, o forte movimento migratório moderno para França, embora anómalo em si próprio, torna-se mais compreensível nas suas determinações estruturais se visto no contexto das movimentações de mão-de-obra que se registaram na Europa dos anos 60/70: "(...) À medida que países de industrialização tardia, como a Itália ou a Espanha, vão alcançando dadas metas de desenvolvimento sócio-económico, a mão-de-obra que neles continua ainda a sobrar, orienta-se de preferência para mercados de trabalho mais evoluídos: deste modo, os Italianos ou os Espanhóis, que detiveram de 1960 a 1965, a primazia quantitativa em França, fixam-se hoje, sobretudo, na Alemanha, onde turcos, jugoslavos e gregos constituem, todavia, os maiores núcleos emigrados. Assim, os postos de trabalho franceses abandonados, primeiro, pelos italianos, e, depois, pelos espanhóis, foram preenchidos por conterrâneos nossos (...)" (SERRÃO, 1977: 67).

verdadeira "emigração", pois é como se portugueses, espanhóis, polacos e ucranianos tivessem de atravessar oceanos para encontrarem essa outra Europa poderosa e rica, que não é a sua de origem.

Deste modo, fácil é compreender que sejam múltiplos os problemas, simbólicos e imaginários que se colocam ao nível da identidade dos europeus forçados a emigrar para o seu próprio continente, como se fosse um outro. Os portugueses viveram este fenómeno "à portuguesa", negociando sofrimentos, humilhações, deficiências de língua, de saberes e fazeres, mas também as novas oportunidades, as relações com o outro, feitas de sedução e inveja, da maneira mais discreta e suave possível.

A Europa é, então, vista sucessivamente pelos nossos emigrantes como um obstáculo e um desafio, um estímulo, casa própria mais confortável que a de origem, a qual não encanta nem desencanta, mas transfigura em encanto a pátria-mãe. O que os emigrantes descobrem nessa Europa, onde se instalam com toda a naturalidade, é, por ausência e contraste, "um Portugal visto de fora para dentro, que é de onde se vê tudo" (LOURENÇO, 1992a: 142).

Nosso "último Eldorado da emigração", a emigração para a Europa foi, nos últimos 30 anos, a nossa derradeira aventura, enquanto nação que se procura fora de si. E se, na opinião de Eduardo Lourenço, a elite intelectual portuguesa se continuou a relacionar com uma Europa puramente imaginária, o cidadão comum português representa essa outra Europa que o emigrante traz consigo, nas férias do Verão, de uma forma afectiva, simbólica e, culturalmente, desinvestida, porque, embora seja representada como terra mais dinâmica e mais rica, lhe faltará sempre o sonho (LOURENÇO, 1992a).

De facto, o coração de Portugal, dos portugueses, está e não está na Europa. Na opinião de Eduardo Lourenço, Portugal quer-se Europa em Portugal, quer uma "portugalização" da Europa, ao contrário do que defendiam Ortega e Gasset, Antero de Quental ou Sérgio. A escolha da Europa por Portugal fez-se como uma inevitabilidade: o que nós queríamos era estar dentro e fora da Europa.

Na verdade, a escolha primeira e radical da Europa foi feita pelos nossos emigrantes e foi o Portugal emigrante que nos forçou a essa escolha: "*Au bout de trente ans, sans que le Portugais moyen se soit bien rendu compte que ce qu'il advenait, c'est le nouveau Portugais-Européen, qui sans le vouloir, par le simple fait d'être déjà la "au coeur de l'Europe", nous y installe véritablement*" (LOURENÇO, 1992b: 181)<sup>21</sup>.

---

<sup>21</sup> A convicção de que a emigração é um fenómeno cujas consequências são profundas, mas que ainda hoje se encontram por esclarecer completamente, é-nos igualmente apresentada por Joel Serrão, ao afirmar que "está por fazer-se um amplo inquérito às consequências nacionais da emigração — desde as económicas e sociais, às culturais e ideológicas", consequências que se fizeram sentir "(...)com profundidade, ao longo de toda a nossa história moderna e contemporânea, podendo-se afirmar peremptoriamente, terem elas marcado, de modo decisivo, a economia, a sociedade, o psiquismo nacional e, naturalmente, as suas manifestações literárias e artísticas" (SERRÃO, 1977: 172).

Embora no 25 de Abril a velha emigração tenha acabado, ela serviu para ajudar a transformar Portugal pobre num Portugal desejoso de se sentir mais ao nível da Europa, agora o seu horizonte incontornável. São os nossos emigrantes e, sobretudo, os seus filhos quem, no presente, surge como exploradores de primeira linha, os primeiros portugueses realmente Europeus e não já apenas como nós sempre o fomos, aqueles que sonham com a Europa.

Segundo Eduardo Lourenço, são estes "portugueses-europeus" o exemplo mais claro, muito especialmente para os que nunca emigraram, de que tornar-se Europeu não é assim tão "perigoso" ou "ameaçador" para a nossa identidade, pois que a integração europeia não trará mais problemas de preservação de identidade do que lhes trouxe a eles próprios e aos seus pais, em confronto com a Europa economicamente poderosa, cultivada e organizada.

#### 5.1. O Caso Particular da Emigração para França

Para Eduardo Lourenço e, ao contrário daquilo que possa parecer emergir numa primeira análise aos movimentos migratórios, europeus e extra-europeus, que se dirigem para França, este não é um país naturalmente vocacionado para a imigração: "O erro da França foi o de não precisar, desde o princípio e sem equívoco, *que não é um país de emigração*, e, sobretudo, que não poderia sê-lo indefinidamente. Em suma, que não era (não é) os Estados Unidos onde (em princípio) *todos são ou foram emigrantes*. Poucos países haverá no mundo de cultura mais integrada que a francesa, cujo *melting-pot* só em termos de "intelligentsia" é uma tradição" (LOURENÇO, 1983: 38).

Na verdade, a direita francesa lida cada vez com maior dificuldade com os seus emigrantes<sup>22</sup> e a pátria dos "direitos humanos" contém em si *gethos* de "gentes de cor", isto é, todos os que não são "brancos", quer dizer, franceses (o que inclui, obviamente, os portugueses aí emigrados).

"Sociologicamente, pois, o que está acontecendo é uma fatalidade (...)" (LOURENÇO, 1983: 38), apesar da política oficial não encorajar tal xenofobia e a tradição humanista francesa a criticar frontal e inequivocamente.

No entanto, e apesar deste contexto, os emigrantes portugueses vivem um potencial de "integração" em França que é privilegiado e bem diferente do dos emigrantes do norte de África. Trata-se daquilo a que se poderia chamar de "boa emigração", por contraste, ao árabe inassimilável que constituiria a "má emigração"<sup>23</sup>.

<sup>22</sup> Em 1981, num total de 54,3 milhões de habitantes em França, 3,7 milhões eram estrangeiros (6,8%), repartidos por diversas nacionalidades. De entre as comunidades estrangeiras mais importantes (e por ordem decrescente) destacam-se a argelina, a portuguesa, a marroquina, a italiana, a espanhola e a turca (ARROTEIA, 1987).



Para Eduardo Lourenço, tal situação fica-se a dever à nossa "latinidade" (língua, comportamento social, religião e aspecto físico), ao facto de se ser "europeu", bem como à nossa boa adaptação à nova sociedade, pelo menos na aparência.

De qualquer forma, recorda Eduardo Lourenço, há que não escamotear a realidade de uma França que, ao "rejeitar" os seus imigrantes, é ela mesma igualmente rejeitada, "em sua própria casa". As dificuldades existem de ambos os lados: se por um lado a França não é, naturalmente, um país de emigração, talvez também os emigrantes rejeitem esta "madrasta" por razões histórico-sociológicas e culturais que já vêm do salazarismo. Segundo Eduardo Lourenço, aparentemente, a França não está inscrita no inconsciente pátrio como uma terra de emigração natural, para aí permanecer.

"Talvez que inconscientemente muitos emigrantes desejem *punir* a França da sua situação de emigrantes, melhor, incomparavelmente melhor que a antiga, na mãe pátria, mas *nunca* ou bem raro, ideal. A mais-valia humana e social que as férias pátrias lhe garantem não basta para colmatar essa "insatisfação". Não são franceses e já não são, como outrora, portugueses. Só os que escolheram ou se deixaram fundir no novo meio escapam a esse mal-estar. Se são "estrangeiros" para si mesmos como não serão para os franceses entre quem vivem?" (LOURENÇO, 1984: 39).

## 5.2. Emigrantes em França e/ou as relações entre as culturas portuguesa e francesa

De qualquer forma e, apesar de todas as vicissitudes, os portugueses amam a França, um amor sem retorno, cujo modelo arquetípico seria, na perspectiva de Eduardo Lourenço, o de Soror Mariana. As relações entre Portugal e a França sempre foram "assimétricas", com a balança a pender para a França, como único meio de equilibrar uma cultura tão estruturalmente sonhadora como é a nossa (LOURENÇO, 1992b).

Se por um lado não é possível compreender a cultura Portuguesa sem compreender a Francesa, Eduardo Lourenço chama a atenção, para o facto de se tratar de duas culturas com relações ambíguas, regulares, antigas e misteriosas, havendo, por outro lado, poucas culturas tão distantes como a portuguesa e a francesa: aquela, a pátria dos grandes mitos, "o país milagre", um povo lírico e onírico; esta, a pátria que também conhece os milagres, mas que é sobretudo razão, pois mesmo o sonho francês é transparente e metódico (de Rousseau ao surrealismo).

---

<sup>21</sup> Segundo George (1977), "quaisquer que sejam as discussões teóricas quantos às vias de integração, assimilação pura e simples ou passagem por uma fase mais ou menos demorada de "pluralismo cultural", o facto é que a adopção de uma cultura, no sentido mais amplo do termo, isto é, não só de uma língua, mas também de um sistema de valores, crenças e modos de existência, é mais fácil e rápido se não for excessivamente grande a distância inicial" (p. 18).

Embora os portugueses se queixem desta assimetria ou défice de atenção que os franceses prestam à nossa cultura, Eduardo Lourenço considera que, "en fait ni les Français ni les Portugais ne s'intéressent beaucoup à l'autre. Cependant ce sont encore les Français qui témoignent le plus d'intérêt aux auteurs ou aux artistes portugais. Nous serions bien en peine de trouver au Portugal une attention de la meme qualité à l'égard des grandes figures de la culture française. Où est donc la *carence de réciprocité*?". (LOURENÇO, 1992b: 183). E é por isso que Eduardo Lourenço conclui que esta é, provavelmente, uma das querelas que se dirige a nós mesmos, ou seja, em última análise, tratar-se-ia de uma falsa querela.

Na realidade, afirma Eduardo Lourenço, nem os portugueses sabem bem quem são os franceses, nem os franceses sabem quem são os portugueses. O que desde sempre faltou foi uma pedagogia da emigração, tendo surgido em seu lugar uma pedagogia da *ghettização*<sup>24</sup>.

Quanto aos franceses, se eles foram obrigados a "descobrir-nos" foi, sobretudo, porque era necessário integrar com algum sucesso a emigração portuguesa em terras de França. A este propósito, afirma Eduardo Lourenço: "Há pobres que vêm por bem... Mas, como eles, teria preferido ficar em casa, se ela me fosse propícia e habitável, do que florir no deserto para ninguém". (MESQUITA, 1996: 62).

E se a França, apesar de procurar uma integração, ao nível da educação, sempre deixou a cada comunidade migratória o seu "espaço de liberdade", no Portugal salazarista, a política de "ghettização" era sobretudo a do nosso estado: vivia-se a obsessão de não perder o emigrante, por uma questão de orgulho nacional.

Esta pedagogia de *ghettização* do regime salazarista foi sempre acompanhada de uma imagem negativa sobre a França<sup>25</sup>, como "lugar de perdição", como a pátria de uma burguesia lusa e internacional que ia, no século XIX, a Paris "encanalhar-se". A França

<sup>24</sup> Recorde-se que a atitude das autoridades portuguesas face à emigração foi desde sempre contraditória, muito particularmente em relação àquela que tinha como destino a França: "Esta política, um tanto ou quanto contraditória, que pretende manter a emigração para França dentro de limites muito estreitos, ao mesmo tempo que proclama que ela é benéfica para a economia graças às divisas que entram no país e ao aumento de qualificação que fomenta (...) admite várias explicações. (...) A emigração para lá do Atlântico era conhecida e integrada. A nova orientação do êxodo parece mais inquietante devido a não existirem precedentes. É certo que as autoridades temeram uma contaminação política e social a partir dos emigrados instalados em França. Mais profundamente esse êxodo traduz o fracasso económico da ideologia salazarista. Esta tinha podido justificar a emigração ultramarina em nome da grandeza lusitana pois ela "ia alimentando a implantação da população mãe no Brasil e permitia renovar as comunidades lusitanas das três Américas e da África" (*O Debate*, 30/4/66). Mas como explicar que o construtor do Império se torne servente nos países opulentos da Europa industrial?" (POINARD e ROUX, 1977: 37/38).

Curiosamente, a partir da década de 70, o êxodo migratório deixa de ser condenado, não sendo mais visto como deserção, mas antes "prova de dinamismo, insistindo-se nas "capacidades de adaptação e "desenrascanço" de que dão prova os emigrados. (...) Já não é tanto a emigração que se considera perniciosa, mas as condições nas quais ela se processa" (POINARD e ROUX, 1977: 45).

é, então, vista como a "(...) pátria "imoral" e "subversiva" dos padres operários [para] onde foram despachados, como para a antiga África, "missionários", para manter no "bom caminho" as almas funestas dos nossos emigrantes" (LOURENÇO, 1983: 41)<sup>26</sup>.

Esta pedagogia surtiu os seus efeitos: em primeiro lugar, a imagem idílica da mãe-pátria foi sendo preservada e, em segundo lugar, surgia, inevitavelmente, um ressentimento, consciente ou inconsciente, em relação à terra de acolhimento que faz da emigração para a França uma viagem com bilhete de ida e volta (o que não aconteceu com a nossa emigração para o Brasil, Canadá, Estados Unidos, Venezuela, etc).

No entanto, e, apesar dos esforços do regime, a "francisação", a prazo, foi inevitável<sup>27</sup>, embora compensada por um "portuguesismo imaginário", o qual teve como consequência uma activa desvinculação da pátria de acolhimento, levando a uma integração sem aderência, algo meramente operatório.

Quanto aos emigrantes que acabam por ficar em França<sup>28</sup>, afirma Eduardo Lourenço: "Naturalmente muitos milhares ficaram e ficarão, mas "sem vontade disso".

---

<sup>25</sup> Para esta imagem negativa sobre a França contribuiu ainda o facto de esta ter deixado de ser, nos últimos anos, o "objecto multissecular da nossa fascinação e da nossa desconfiança" (LOURENÇO, 1992b: 182), pois, como recorda Eduardo Lourenço, ela deixou de funcionar como referente cultural (ao mesmo tempo que emergia em toda a sua força o modelo americano no seio mesmo da cultura francesa), como se o emigrante e a cultura emigrante tivessem banalizado em nós a imagem da França, diminuindo-a. Esta foi também uma oportunidade de o Portugal dirigente e cultivado recusar a sua imagem de emigrante, afastando-se da cultura francesa.

<sup>26</sup> "É indubitável que a Igreja portuguesa, aliás não sem fricções com a hierarquia católica francesa, mais conciliar, considerando-se tutora e guia moral do povo, fez um esforço particular para enquadrar as suas ovelhas, preservando-as de qualquer contágio permissivo e materialista. Vinte e uma missões católicas batem o território francês e dezanove a Alemanha, mas são muitos os padres que partilham o tempo entre a sua paróquia portuguesa e as visitas aos fiéis instalados para lá dos Pirinéus, como é o caso do pároco de Queiriga que, do alto do campanário, difunde através de alti-falantes as mensagens de amizade que ele próprio gravou em casa dos seus paroquianos emigrados em Pau ou em Orsay. A imprensa paroquial que controla toda a província, também nunca deixa de dar notícias dos ausentes. Celebra-se a festa do emigrados (que coincide com os regressos para férias), restaura-se e embeleza-se o santuário local graças às subscrições realizadas entre os emigrados" (POINARD e ROUX, 1977: 43/44).

<sup>27</sup> Na verdade, a emigração moderna (e há duas, a da França e a da Alemanha — sempre pensada como regresso e fraca integração — e a da Venezuela e do Brasil — pensada para lá ficar e integrar-se plenamente), põe a diversos níveis a questão da(s) imagen(s) que os portugueses têm de si próprios, no confronto com o que essas realidades têm de verdade. "e dessa verdade faz parte integrante esta evidência imensamente triste e imensamente justa: milhares e milhares dos nossos compatriotas — e em particular os seus filhos — são *felizes* lá fora, ou pelo menos, já tão inseridos na trama dos povos que os acolheram que a ideia mítica do regresso a Portugal só a isso se resume" (LOURENÇO, 1977: 126).

<sup>28</sup> Segundo Joel Serrão, a partir de 1940 o registo estatístico permite concluir com alguma margem de segurança que a percentagem de retornos anda pelos 6,8%. Daqui conclui o autor que, "uma das características da nossa emigração é a insignificância dos seus retornos. Isto significa que o expatriamento efectivo tem sido uma consequência importante das saídas das gentes" (SERRÃO, 1977: 39). Arroiteia (1987), Kayser (1977) e Ferreira (1976) confirmam, igualmente, a existência de uma baixa taxa de retornos entre os emigrantes portugueses.

Só para a segunda e terceira geração as perspectivas se inverterão, geradoras de mais ou menos "drama" segundo o grau efectivo de "francisação" concreta atingido. Foi esta "francisação", que toda a ideologia oficial, de Salazar até hoje, desejou evitar, culminando no mais recente culto do *emigrante-filho pródigo*, herói ambíguo — como outrora o "brasileiro" — do nosso folclore de Verão" (LOURENÇO, 1983: 42).

Entretanto, toda uma política de "assistência cultural"<sup>29</sup> ao emigrante foi desenvolvida, tendo mesmo sido criada uma Secretaria de Estado da Emigração, organismo que, para Eduardo Lourenço, rigorosamente, não serve para nada<sup>30</sup>, pois no seu entender, a realidade emigração não é um sujeito "português", nosso, mas o emigrante ele próprio. O emigrante, cada um a título individual e as suas organizações representativas, sabem e saberão resolver os seus problemas concretos com criatividade, como sempre o fizeram, sem precisar do cordão-umbilical de organismos estatais da mãe-pátria (LOURENÇO, 1983).

Uma verdadeira política de "assistência cultural", ao emigrante, só surtirá algum efeito positivo junto dos nossos emigrantes se tivermos em conta que "(...) *a sua tendência natural é para se fundirem no contexto, quise sempre avassalador, que as cerca*" (LOURENÇO, 1977: 127), devendo antes procurar-se uma política de presença

<sup>29</sup> De acordo com Poinard e Roux, esta "política de assistência cultural", que oficialmente visa preservar a identidade cultural dos portugueses e manter os laços com a mãe-pátria, obstando a uma assimilação que destruiria toda a esperança de retorno, na prática mais não é do que uma forma de "(...) favorecer os retornos seleccionados e de estimular o envio de fundos para o país natal" (POINARD e ROUX, 1977: 43).

<sup>30</sup> Curiosamente, nas duas últimas décadas temos vindo a assistir em Portugal a uma subtil e original negação do carácter trágico da emigração, o que se revela, por exemplo, na forma como o poder político designa hoje os emigrantes como "portugueses a residir no estrangeiro", podendo, por isso, afirmar-se que "Portugal não é mais um país de emigrantes, mas uma Pátria de comunidades" (JESUS, 1987: 8). Procurando prosseguir numa política de "assistência cultural" ao emigrante, o discurso político mais recente dirige-se sobretudo aos luso-descendentes e jovens portugueses a residir no estrangeiro, a quem se procura seduzir, oferecendo a imagem de um Portugal moderno e atractivo, de modo a captá-los para a realidade portuguesa, "(...) sob pena de os perdermos diluídos nas sociedades de acolhimento" (JESUS, 1987: 22). Por outro lado, saem os poderes políticos em "(...) defesa dos direitos e interesses dos não residentes (...) [que] se viram obrigados a adoptar a nacionalidade do país de acolhimento para conservarem os seus postos de trabalho" (JESUS, 1987: 24).

Assim, hoje como ontem, a emigração é vivida míticamente no nosso inconsciente colectivo como uma perda, imaginária e real, uma ferida nacional, cuja "cura" não se deseja verdadeiramente. Veja-se como, por exemplo, é o mesmo Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas (JESUS, 1987) quem defende que o retorno voluntário dos portugueses não-residentes deve ser "(...) precedido por muito ponderada reflexão por parte dos seus protagonistas", porque, finalmente, o que se deseja não é o seu regresso definitivo, mas tão só "o conhecimento recíproco e a aplicação efectiva do princípio de igualdade de direitos entre portugueses residentes e não-residentes [que] contribua progressivamente para o esbatimento de quaisquer fronteiras e a eliminação de injustiças, de modo que todos os portugueses, os da Europa, da África, da América, da Ásia ou da Oceânia se sintam cidadãos plenos da *Pátria Portuguesa*" (JESUS, 1987: 31/32), o que, emblematicamente, corrobora e sanciona a problemática patológica das imagens identitárias dos portugueses.

cultural de "(...) dupla nacionalidade, não apenas sentimental, mas cultural e moral" (LOURENÇO, 1977: 127).

De facto, uma parte substancial da cultura portuguesa incorporou-se, com naturalidade, no fundo complexo de que a cultura francesa se alimenta sem cessar, fenómeno que ainda hoje passa bastante despercebido, devido a uma segunda ou terceira geração de Portugueses-Franceses ou Portugueses-Europeus que se incorporam no tecido social, cultural e económico francês.

Tem sido também devido à presença dos nossos emigrantes, em França que, nos últimos trinta anos, a "visibilidade" da nossa cultura aumentou, embora a francesa em Portugal tenha diminuído, o que é, desde logo, notório pela presença das nossas "stars" em terras francesas, as quais são hoje os novos Europeus-Portugueses. É um novo Portugal Europeu que agora se reinventa, alterando as antigas relações entre as culturas Portuguesa e Francesa (LOURENÇO, 1992b).

Por isso, Eduardo Lourenço conclui que foi também devido à emigração portuguesa em terras francesas que, hoje, se pode dizer existir uma verdadeira reciprocidade entre as respectivas culturas, um diálogo vivido de dentro que, apesar de estar no incio, promete vir a ser fecundo. Um diálogo apenas ensombrado pela emergência de um movimento mais profundo que as envolve e ultrapassa a ambas, aquilo a que Edgar Morin chamou de cultura planetária ou "world culture": "Dans l'histoire de ce processus de consciencialisaton planétaire, le Portugal et la France ont joué, séparément ou ensemble, un rôle non négligeable. Il n'y a pas de raison de suposer que dans la nouvelle réciprocité universelle, subie ou assumée, la culture de Camões et celle de Montaigne ne continueront pas à échanger leurs richesses, leurs éblouissements, jusqu'à leurs oublis. Nous sommes là pour les évoquer et, si possible, pour les réparer" (LOURENÇO, 1992b: 184).

## 6. Emigração hoje ou o fim da viagem

Num pequeno texto recentemente publicado, a propósito da Expo'98 (LOURENÇO, 1997), Eduardo Lourenço aborda a questão da História e do Tempo, tanto sob o ponto de vista de uma cultura mundializada, como debruçando-se sobre as situações específicas dos Estados Unidos da América, Europa e Portugal. Nesse texto, são problematizadas as relações entre Passado, Presente e Futuro, considerando as diversas possibilidades de projecção num sonho e utopias futurantes, partindo de cada presente concreto, e do modo como habitamos, ou inventamos, o passado.

Segundo Eduardo Lourenço, a questão decisiva para Portugal é a forma como, a partir do presente, seremos, ou não, capazes de nos projectar para inventarmos o futuro, "aqui, onde estamos, e não derivando ficcionalmente ao longo do Atlântico para escapar ao confronto histórico, difícil, com os outros, na Europa ou no mundo. Ou ressonhando-nos,

por nostalgia, em Brasis ou Áfricas que já têm com que se entreter respondendo por conta própria ao famoso "desafio do Futuro" (LOURENÇO, 1997: 25)<sup>31</sup>.

Sobre as nossas viagens migratórias, tanto no passado mais longínquo, como no mais recente, e as suas consequências presentes e futuras, Eduardo Lourenço adverte: "O futuro de Portugal foi, desde cedo, o "lá fora", a distância, nossa ou alheia. Foi a Índia, o Brasil ou a África, recentemente e a vários títulos a Europa. Hoje, é a primeira vez que Portugal e os portugueses têm de desenhar, de conceber, de inventar e se dar um futuro a partir de si mesmos. Mas estão (...) habituados a ter um Futuro como dádiva da Providência — embora pago tantas vezes com suor e lágrimas (...)" (LOURENÇO, 1997: 24/25).

É que, como sublinhava Eduardo Lourenço já em 1978, pela primeira vez, desde há quinhentos anos, não podemos hoje resolver a questão da nossa identidade nacional, emigrando, nem sequer simbolicamente (LOURENÇO, 1978).

## Bibliografia

ARROTEIA, Jorge Carvalho (1987), *Ensaio Tipológico Sobre os Movimentos Migratórios Portugueses*, Série Emigrações, Sociologia, Lisboa: Centro de Estudos da Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas

ARROTEIA, Jorge Carvalho (1983), *A Emigração Portuguesa — Suas Origens e Distribuição*, Biblioteca Breve, Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa

FERREIRA, Eduardo de Sousa (1977), "Actualidade e Perspectivas da Emigração Portuguesa no Contexto Europeu", *A Emigração Portuguesa e o seu Contexto Internacional*, Lisboa: Iniciativas Editoriais, pp. 11/25

FERREIRA, Eduardo de Sousa (1976), *Origens e Formas de Emigração*, Lisboa: Iniciativas Editoriais

GEORGE, Pierre (1977), *As Migrações Internacionais*, Col. Universidade Moderna, Lisboa: Publicações Dom Quixote

GIL, José, CATROGA, Fernando (1996) *O Ensaísmo Trágico de Eduardo Lourenço*, Lisboa: Relógio d'Água Editores

<sup>31</sup> Na realidade, hoje, o fenómeno da emigração portuguesa apresenta-se como uma mera sombra do que foi nas décadas de 60 e 70 do nosso século. Os últimos dados estatísticos disponíveis datam de 1996 e indicam-nos que o total do fluxo emigrante em Portugal, nesse ano, foi de 22 579 indivíduos (dos quais a esmagadora maioria se dirigiu para a Alemanha (6 968), França (5 433), Suíça (4 309) e Reino Unido (1 812)) (INE,1996).

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (1996), *Estatísticas Demográficas*, Lisboa: INE, 1998

JESUS, Manuel Filipe Correia (1987), *Portugal — Pátria de Comunidades*, Ministério dos Negócios Estrangeiros, (discurso proferido pelo Secretário de Estado da Comunidades Portuguesas, na abertura da VI Reunião Mundial do Conselho das Comunidades Portuguesas), Albufeira: Direcção-Geral da Comunicação Social

JESUS, Maria Saraiva (1995), "Imagens da Emigração na Literatura Portuguesa", *Revista da Universidade de Aveiro — Letras*, 12, pp. 97/135

KAYSER, Bernard (1977), "A Troca Desigual dos Recursos Humanos: Migração, Crescimento e Crise na Europa", *A Emigração Portuguesa e o seu Contexto Internacional*, Lisboa: Iniciativas Editoriais, pp. 297/307

KAYSER, Bernard (1976), "Relatório SOPEMI para 1976", *A Emigração Portuguesa e o seu Contexto Internacional*, Lisboa: Iniciativas Editoriais, pp. 78/90

LOURENÇO, Eduardo (1997), *Nós Como Futuro*, Cadernos do Pavilhão de Portugal, Expo'98, Lisboa: Assírio e Alvim

LOURENÇO, Eduardo (1992a), "A Europa no Imaginário Português", *A Europa Desencantada — Para uma Mitologia Europeia*, Lisboa: Edições Visão, 1994, pp. 141/152

LOURENÇO, Eduardo (1992b), "Du Portugal Émigrant au Portugal Européen", *Nós e a Europa ou as Duas Razões*, Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda (1994), 4.ª ed., pp. 175/184

LOURENÇO, Eduardo (1983), "O olhar de Dreux ou é a França um país de emigração?", *A Europa Desencantada — Para uma Mitologia Europeia*, Lisboa: Edições Visão, 1994, pp. 35/43

LOURENÇO, Eduardo (1977), "A Emigração como Mito e os Mitos da Emigração", *O Labirinto da Saudade — Psicanálise Mítica do Destino Português*, Lisboa: Edições D. Quixote, 1992, 5.ª ed. pp. 119/128

MESQUITA, Mário (1972), *Eduardo Lourenço — Cultura e Política na Época Marcelista*, Lisboa: Edições Cosmos, 1996

POINARD, Michel, ROUX, Michel, (1977), "Os casos Português e Jugoslavo: a Emigração Contra o Desenvolvimento", *A Emigração Portuguesa e o seu Contexto Internacional*, Lisboa: Iniciativas Editoriais, pp. 27/63

SERRÃO, Joel (1977), *A Emigração Portuguesa — Sondagem Histórica*, Col. Horizonte, n.º 12, Lisboa: Livros Horizonte

## Resumo

A emigração, em Portugal, tem sido objecto de uma mitologia muito particular que tende a esconder o carácter eminentemente trágico do fenómeno.

Neste artigo, apresentam-se algumas das reflexões de Eduardo Lourenço a propósito das imagens identitárias que os portugueses forjaram de si próprios, muito particularmente nos dois últimos séculos, enquanto Nação-Emigrante — ontem, gesta Descobridora, hoje, *soutiers* da Europa.

## Resumée

Au Portugal, l'émigration est devenue l'objet d'une mythologie très particulière, tendant à éclipser le caractère éminemment tragique de ce phénomène.

Cet article rapporte des réflexions de Eduardo Lourenço sur l'identité que le peuple portugais a intériorisée. tout particulièrement au cours des deux siècles précédents, c'est à dire celle d'une Nation Émigrante qui, de peuple découvreur par le passé, est devenue le *soutier* de l'Europe.